

**JUNTA ADMINISTRATIVA DE RECURSO DE INFRAÇÃO – JARI,  
CONSTITUÍDA ATRAVÉS DA PORTARIA Nº 020 DE 13 DE FEVEREIRO DE  
2017, PUBLICADA NO DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DA BAHIA NO DIA 14 DE  
FEVEREIRO DE 2017.**

**PROCESSO:** 2016/022125  
**RECORRENTE:** JOSÉ RONALDO BALBINO LOUREIRO  
**RECORRIDO:** SUPERINTENDÊNCIA DE INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTES DA  
BAHIA - SIT  
**AUTO DE INFRAÇÃO:** R000179703

**JARI - Junta Administrativa de Recursos de Infração.**

**ACÓRDÃO JARI Nº**

**EMENTA:** Multa por infração ao Art. 218, inc. I do CTB, “Transitar em velocidade superior à máxima permitida em até 20%.” Negativa de cometimento da infração de trânsito. Registro do equipamento de radar que aponta divergências de tipo/espécie do veículo flagrado quando confrontado com os dados do CRLV. Nulidade do AIT. Afastada a alegação de clonagem. Erro de leitura do equipamento de radar. Recurso Conhecido e Provido.

**Relatório**

Trata-se de Recurso interposto pela proprietária legal, em face do rigor do artigo 218, Inc. I, do CTB “**Transitar em velocidade superior à máxima permitida em até 20%**” com base no auto de infração lavrado no dia **28/06/2016**, na Rod. BA526, Km 16 – Sentido crescente na cidade de Salvador/Bahia.

Alega o Recorrente que o veículo flagrado pelo radar não lhe pertence, suscitando supostas divergências de marca/tipo entre veículo flagrado e o seu veículo, por ser um veículo marca modelo marca modelo MITSUBISHI e não um veículo GM Montana, como indicado na foto do equipamento de radar, negando, portanto, o cometimento da infração por sustentar que nunca esteve no estado da Bahia.

O Recorrente junta a documentação necessária à análise de suas argumentações tais como cópia da NIP, da CRLV, da CNH, foto do veículo e pelo que requer seja julgado insubsistente o auto de infração.

É o relatório.

**Voto**

Em que pese o requisito processual referente à tempestividade não esteja superado, em nome do princípio da autotutela, verifico que da análise das argumentações do Recorrente, dos documentos acostados aos autos, principalmente pelo Relatório do Auto de Infração – Radar e cópia do CRLV, é

**JUNTA ADMINISTRATIVA DE RECURSO DE INFRAÇÃO – JARI,  
CONSTITUÍDA ATRAVÉS DA PORTARIA Nº 020 DE 13 DE FEVEREIRO DE  
2017, PUBLICADA NO DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DA BAHIA NO DIA 14 DE  
FEVEREIRO DE 2017.**

possível notar divergências não só em relação ao tipo/espécie dos veículos, bem como em relação à placa, o que, afasta a alegação de suposição de clonagem e corrobora com o reconhecimento de equívoco na autuação de trânsito, pois, confrontando a foto do AIT e os documentos colacionados pelo Recorrente é possível identificar que o sistema de radar registrou a placa policial de propriedade do Recorrente **DKN-6500, GM/MONTANA 2004/2004 – PRETA – SÃO VINCENTE/SP**, conforme a cópia do CRLV do veículo acostado pelo Recorrente, entretanto, fazendo análise da placa exposta na foto do equipamento de radar, e em consulta ao sistema do Secretaria de Segurança pública Sistema **SINESP Cidadão**, percebe-se que a placa do veículo infrator é **OKN-6500, pertencente a um veículo de quatro rodas MMC/PAJERO D – 2012/2012 – BRANCA – CURITIBA/PR, CHASSI FINAL 05155** não sendo a infração de responsabilidade do Recorrente, eis que cometida por outro veículo.

Por tais contradições, se impõe a declaração de nulidade do AIT, por evidente irregularidade de seu preenchimento dos dados necessários à autuação, quando, desta forma e por estes motivos, VOTO no sentido de **CONHECER** do recurso interposto, dando-o por **PROVIDO, pelas razões ora expostas, julgando INSUBSISTENTE o Registro do Auto de Infração nº. R000179703** lavrado contra **JOSÉ RONALDO BALBINO LOUREIRO, determinando seu consequente arquivamento.**

**Resolução**

ACORDAM os membros da Junta Administrativa de Recursos de Infração, por unanimidade, **CONHECER** do Recurso apresentado, dando-o por **PROVIDO**, determinando o arquivamento do Auto de Infração nº. **R000179703**, pelas razões de direito aqui expostas. **Acaso já tenha havido o pagamento da penalidade da multa aplicada, devolva-se a importância despendida.**

Sala das Sessões da JARI, 15 de janeiro 2019

Fábio Reis Dantas - Membro Suplente em Exercício - Relator

Gustavo Adolfo Quintella de Cerqueira – Membro Titular – Presidente

Regina Helena S. dos Santos - Membro Suplente em Exercício

José Antônio Marques Ribeiro – Membro Titular

Maria Fernanda Cunha – Secretária